DECRETO Nº 354, DE 03 DE AGOSTO DE 2001

“ESTABELECE NORMAS DE REGULAMENTAÇÃO PARA USO DOS TRATORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG PELAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS”.

O Prefeito do Município de União de Minas, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal nº154 de 20/06/2001.

Considerando a necessidade da criação de um programa que vise o aumento a produção e produtividade, a garantia do abastecimento alimentar, a geração de emprego e a melhoria das condições de vida e bem estra da população.

Considerando a necessidade da valorização e a capacitação técnica na atividade do homem no meio rural, bem como a sua fixação no campo.

Considerando finalmente, a necessidade da criação de uma patrulha agrícola mecanizada, para dar assistência aos produtores rurais do Município.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 1º - As máquinas e os implementos agrícolas cedidos pelo Município, serão coordenados pelas associações de produtores rurais, legalmente constituída, coordenadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 2º - O atendimento ao produtor será feito através de programa, mediante cronograma técnico elaborado pela EMATER- MG e Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 3º - As máquinas e implementos atenderão a todos os produtores rurais, associados das associações, iniciando prioritariamente dos menores e que não possuam maquinários e também prestarão serviços à administração municipal de acordo com suas necessidades e seguindo o estatuto de Uso do Trator e seus implementos.

Art. 4º - Fica vedada a execução de serviços que possam colocar em riscos de danos as máquinas, os implementos ou os operadores e no caso de dúvidas a decisão será tomada pelos membros da associação com homologação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 5º - Somente terá atendimento pelo programa o produtor que estiver quites com os cofres públicos.

Art. 6º - A operação dos maquinários fica a cargo da associação, que deverá tratar-se de profissional com comprovado conhecimento e experiência na operação de máquinas agrícolas, ficando a sua aprovação a cargo da associação, devendo haver o número mínimo e 02 (dois), na época de maior demanda de serviços.

Art. 7º - É obrigação da Associação fazer corretamente a manutenção do trator e equipamentos de acordo com especificações do fabricante , que será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 8º - Os maquinários e implementos deverão estar sempre lavados e lubrificados no momento que não estiver trabalhando, ficando expressamente proibido o uso destes como qualquer meio de transporte de pessoas, principalmente para festas e campo de futebol

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DESPESAS E COBRANÇAS

Art. 9º - Somente os membros das associações de produtores rurais poderão ser beneficiados pelos serviços dos maquinários cedidos pelo Município.

§ 1º - Os serviços deverão ser solicitados pelos produtores em reuniões mensais realizadas nas associações.

§ 2º - Nas reuniões estabelecerão os produtores atendidos, o cronograma de atendimento e a rota dos maquinários com os implementos.

§ 3º - Somente serão atendidos aqueles produtores que participarem das reuniões, momento em que farão os seus pedidos.

Art. 10º - É vedado um produtor transferir ou ceder a outro as horas que lhe forem destinadas e não gastas em sua propriedade.

Parágrafo Único – Caso as horas disponíveis concedidas a algum membro da reunião forem superiores à sua necessidade, parte destas poderão ser divididas entre os demais membros da reunião.

Art. 11º - Será selecionado uma associação por região do município para concessão das máquinas com os implementos.

Art. 12º - A concessão dos maquinários e seus implementos, ficará vinculada à associação que tenha o mínimo de 20 famílias como membros.

Art. 13º - A escolha do primeiro produtor a ser beneficiado será feita através de sorteio entre os membros presentes da reunião, de cada associação.

§ 1º - Após o sorteio e iniciando-se os trabalhos de preparo do solo, a máquina sempre se deslocará no sentido de atender a propriedade mais próxima até completar o setor.

§ 2º - No caso de não exercer o seu direito de execução dos serviços na ordem de requisição, o seu serviço somente será executado após a conclusão de todos os demais associados.

§ 3º - Em nenhuma hipótese poderá ultrapassar ao limite de 10% (dez por cento) do tempo previsto, para terminar o serviço programado.

Art. 14º - A cobrança dos serviços prestados pelas máquinas obedecerá os seguintes critérios:

a) cada produtor pagará o valor equivalente a 18 litros de óleo diesel por hora trabalhada;

b) a quantidade de óleo diesel mencionado na letra anterior, poderá ser suplementada, caso seu valor seja suficiente para pagamento de combustível, lubrificante, peças de reposição, serviços e operador.

c) O produtor beneficiado efetuará à associação de produtores, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor estimado no início, e o restante após concluídos os serviços.

d) O associado que descumprir qualquer das normas previstas neste decreto, ficará suspenso do programa, até que regularizar sua situação.

e) Fica a cargo da Associação, liquidar as despesas de seus associados.

Art. 15º - Considera-se hora trabalhada o período de deslocamento do maquinário, conforme registro do odômetro existente na mesma.

§ 1º - O custo de deslocamento do último associado até a garagem será de responsabilidade da associação.

§ 2º - O custo de deslocamento do maquinário entre um e outro associado, de responsabilidade do associado beneficiado.

Art. 16º - No término de cada serviço, o operador preencherá um relatório, em duas vias, contendo o número de horas trabalhadas e demais ocorrências, que vai assinada por este e pelo produtor.

Art. 17º - Alimentação e estadia do operador será de responsabilidade do associado beneficiado.

Parágrafo Único – O descumprimento de qualquer das normas implica na interrupção da prestação de serviços, sem direito a restituição pelas horas porventura pagas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 – As máquinas e seus implementos ficarão sob a responsabilidade das associações com supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 19 – Os valores arrecadados com os serviços e com as taxas da associação, serão destinados ao pagamento do operador, aquisição de combustíveis, lubrificantes, borracharia, reposição e manutenção de peças e aquisição de implementos.

Art. 20 – Caso as despesas ultrapassem o valor arrecadado, as mesmas serão divididas entre os associados beneficiados.

Art. 21 – As associações e o CMDR reunirão para prestação de contas, relatar as atividades e solucionar problemas ou dúvidas pendentes, mensalmente, repassando o relatório a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

União de Minas/MG., 03 de agosto de 2001.

ROQUE DIAS RIBEIRO
- Prefeito Municipal -